

Movimentos sociais e sociedade civil: um estudo dessa relação no contexto do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e do Movimento dos Operários do ABC (sindicalismo).

*Keiza da Conceição Nunes**
*Vanderlei Cardoso da Rocha***
*Jefferson Bruno Corona****

Resumo: O presente trabalho busca analisar e compreender as concepções que a sociedade civil tem sobre os movimentos sociais tendo como parâmetro o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento dos Operários do ABC (sindicalismo) na década de 70. Portanto, este estudo tem como principal objetivo desvendar o que está por trás das concepções que a sociedade civil tem dos movimentos sociais, assim como apresentar os interesses e atores envolvidos nessas concepções.

Palavras chaves: Sociedade civil; movimentos sociais; Movimento dos trabalhadores sem terra (MST)

Abstract: This study aims to analyze and understand civil society's perceptions of social movements, under the parameter of the Movement of Landless Rural Workers (MST) and the ABC Workers' Movement (unions) in the 70s. Therefore, this study's main objective is to discover what lies behind the perceptions that civil society has about social movements, as well as present interests and players involved in these perceptions.

32

Keywords: Civil society; Social movements; landless workers movement (MST).

I - Introdução

Este trabalho tem como objetivo analisar a compreensão dos Movimentos Sociais dentro da Sociedade civil, enfatizando o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e Movimento operariado do ABD de São Paulo.

Desse modo, pretende-se inicialmente explicitar os conceitos de sociedade civil e movimentos sociais. Em seguida, serão abordadas as especificidades dos referidos movimentos assim como o surgimento dos mesmos.

* Mestre Pela PUC - Rio e Graduado em Serviço Social Pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

** Mestre pela PUC - Rio e Graduada em Serviço Social Pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

*** Mestrando em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e Graduado em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Portanto, nesse contexto, será feita uma abordagem levando em consideração as formas de dominação que levam a maioria da sociedade a reproduzir as compreensões hegemônicas sobre os movimentos sociais. Para tanto, se faz necessário o entendimento dos conceitos de Ideologia, Cultura, Hegemonia, Estado e campo social.

Paralelamente, será apresentada a relação específica entre estes conceitos com os movimentos mencionados acima. Este trabalho foi finalizado com a explicitação de possíveis formas de combate aos meios de dominação, objetivando um melhor entendimento da sociedade civil e dos movimentos sociais.

II - Movimentos sociais e sociedade civil

Ao abordar tal tema se torna pertinente fazer uma pequena definição de sociedade civil, sabendo que este conceito tem uma diversidade de significados, e compete, a este trabalho, destacar o que mais se adequar à sociedade civil atual. De acordo com Simionatto (2001, p.12)

A rigor, a “sociedade civil” é um conceito tomado indistintamente como expressão exclusiva dos interesses das classes subalternas. Ora, na sociedade civil estão organizados tanto os interesses da classe burguesa, que exerce sua hegemonia através de seus aparelhos “privados”, reprodutores de sua ideologia, representados hoje quer pelos meios de comunicação quer pelo domínio dos aparatos do Estado e dos meios de produção; quanto os interesses das camadas de classes subalternas, que buscam organizar-se para propor alternativas que se contraponham às parcelas minoritárias detentoras do poder, afirmando a prioridade do público sobre o privado, do universal sobre o particular, da vontade.

Após esta definição de sociedade civil, cabe também fazer uma definição do que são Movimentos Sociais, passando para uma definição específica do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e do Movimento do sindicalismo do ABC, com destaque para a compreensão que a sociedade civil brasileira tem desses movimentos.

Os Movimentos Sociais, assim como a sociedade civil, possuem várias definições, tendo como elemento essencial, o protesto e a contestação. Assim, estes podem ser definidos como “uma ação coletiva de caráter contestador, em nível das relações sociais, objetivando a transformação ou a preservação da ordem estabelecida na sociedade.” (AMMANN, 1991, p.127). A partir dessa definição, cabe destacar algumas implicações sobre os movimentos sociais. A primeira: “nem todo Movimento Social

tem caráter de classe”, pois existem movimentos como o ecológico que é constituído por diversas classes, o que deixa claro que nem toda relação de exploração é uma relação de classe. A segunda implicação é que “nem todo Movimento Social é uma luta pelo poder”, uma vez que dentre os movimentos existem as mais diversificadas correntes, como por exemplo, o Anarquismo, que não luta pelo poder, mas ao contrário, contra ele.

Partindo dessa introdução generalizada dos movimentos, vamos dar foco ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Este foi oficializado em 1984 no estado do Paraná, sendo fruto de várias lutas históricas dos trabalhadores rurais como a Liga Camponesa. Sua organização é constituída de uma estrutura básica composta por uma coordenação, direção, secretaria e setores de atividades. Esta estrutura é resultante das experiências vivenciadas pelas famílias na organização de comissões e de núcleos nos acampamentos e assentamentos. Este movimento tem como principais objetivos: lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e lutar por uma sociedade mais justa e fraterna. Tais objetivos foram definidos desde a fundação do movimento nos Congressos Nacionais e no Programa de Reforma Agrária.

Dados revelam que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) está organizado em 24 estados brasileiros divididos entre as cinco regiões do país, sendo que cerca de 350 famílias conquistaram terra por meio da articulação e organização do movimento desses trabalhadores, e que mesmo após assentadas, essas famílias, permanecem vinculadas ao MST, pois, segundo eles, a conquista da terra é apenas o primeiro passo para a realização da reforma agrária.

Cabe destacar que o MST se organiza em setores como frente de massa, formação, educação, produção, comunicação, projetos, gênero, Direitos Humanos, saúde, finanças e relações internacionais, e tem como forma de luta a ocupação de terras, acampamentos, marchas, jejuns, greves de fome e vigílias, entre outras formas de manifestações.

Mesmo que seus principais objetivos e frentes de trabalho contemplem a sociedade civil como um todo, este movimento é compreendido por ela, como movimento “perigoso”, sendo associado a determinadas expressões como “baderna” e “invasão”. Tais concepções são embasadas pela mídia corporativista que apresenta imagens e reportagens, em sua maioria, distorcidas da realidade desse movimento.

Outro movimento que abordaremos mais especificamente é o movimento dos operários no ABC (sindicalismo). Para tanto, será necessário fazer um retrocesso histórico para explicar as origens do movimento do sindicalismo que surgiu nas corporações de ofício na Europa medieval. Porém, foi durante o século XVIII, quando ocorreu a Revolução Industrial na Inglaterra, que os trabalhadores, oriundos das indústrias têxteis, doentes e desempregados, juntavam-se nas sociedades de socorro mútuo. E foi através dessa situação que o proletariado percebeu a necessidade de se associarem e, juntos, tentarem negociar as suas condições de trabalho. Por meio dessa situação surgiram os sindicatos, associações criadas pelos operários que buscavam equiparar, de alguma maneira, o poder destes ao dos capitalistas no momento de negociação de salários e condições de trabalho, e assim impedir que o operário fosse forçado a aceitar a primeira proposta feita pelo empregador, ou seja, uma proposta desvantajosa.

No Brasil a economia se diversificou devido à abolição da escravatura e a proclamação da República, fazendo surgir assim as atividades manufatureiras nos centros urbanos e no litoral brasileiro, fato que atraiu muitos imigrantes vindos da Europa. Os trabalhadores que aqui chegaram tinham uma experiência de trabalho assalariado e de um leque de direitos trabalhistas conquistados no mundo desenvolvido, mas logo constataram que o Brasil era uma sociedade atrasada na questão dos direitos e com práticas escravocratas. Logo esses trabalhadores começaram a se organizar, dando origem aos sindicatos no Brasil.

Retomando os períodos mais atuais, iremos abordar o Movimento dos operários do ABC (sindicalismo) que ocorreu no final da década 1970, sendo caracterizado como um movimento controlado pelos operários das montadoras de veículos, especificamente o setor qualificado desse operariado que buscou ter uma vertente de ação sindical (economicista e corporativista). O movimento, porém, encontrou obstáculos na ditadura militar o que possibilitou que este se organizasse em greves de massas no ABC e se criasse políticas de oposição à ditadura. O que surpreendeu tal movimento na época foi a repressão violenta da ditadura militar “e a iniciativa das associações e movimentos populares, dos mais variados tipos e – literalmente – de todos os cantos do Brasil, que mobilizaram para garantir material e politicamente a greve dos operários do ABC.” (BOITTO, 2005, p. 234.). Essas surpresas apontaram para a necessidade da criação de uma frente de trabalhadores assalariados e de intervenção no processo político o que

ocasionou a criação da CUT, a construção do PT e a formulação de uma plataforma direcionada para a construção de um Estado de bem-estar social no Brasil.

Porém, a trajetória do sindicalismo no Brasil passou por três fases, a primeira (1978-1983) caracterizada por ação combativa e de conforto; a segunda (1988-1991) que pode ser considerada como a fase de transição e a terceira e última (período mais recente) classificada por um sindicalismo propositivo e negociador que substituiu o sindicalismo de confronto, que tem como proposta o contrato coletivo de trabalho em detrimento das normas protetoras do trabalho pautada pelo trinômio proposição/negociação/participação o que significou um retrocesso nas conquistas anteriores.

Através da explanação acima verificamos que diferentemente do MST, o Movimento dos operários do ABC foi amplamente apoiado pela sociedade. Assim, tentando desvendar o que não está explícito por de trás dessas ideias e tendo como base que “não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência.” (MARX, 1845, p. 108), será feita, a seguir, uma abordagem sobre alguns fatores que influenciam ou direcionam estas concepções da sociedade sobre estes movimentos.

III - Ideologia, cultura, hegemonia e Estado

Ideologia

O conceito de ideologia refere-se a um conjunto de ideias ou pensamentos de uma pessoa ou de um grupo de indivíduos. Porém, o conceito de ideologia aqui utilizado refere-se ao conceito crítico de Karl Marx, segundo o qual a ideologia pode ser entendida como um instrumento de dominação que é utilizado pelas classes dominantes por meio de convencimento (persuasão ou dissuasão e não através da força física) de forma prescritiva, alienando a consciência humana, sendo considerada como uma forma de mascarar a realidade. Sendo produzida em três momentos: primeiro se inicia um conjunto sistemático de ideias da classe dominante, depois, esse conjunto se torna senso-comum e por último se populariza. A ideologia pode estar ligada a ações políticas, econômicas e sociais.

A ideologia é muito utilizada hoje em dia pelos meios de comunicação. Um claro exemplo disso é como as emissoras de TV, alguns jornais e a imprensa em geral, empregam seu poder de criar ideologias errôneas como, por exemplo, a ideologia sobre o MST. Segundo esta, o movimento é radicalista, marginal, desordeiro e perigoso, dando respaldo as ações e reações violentas contra os trabalhadores rurais. Com efeito, vemos que a forma de noticiar os fatos não dá origem a um contra discurso, como, por exemplo, o emprego do termo invasão no lugar de ocupação, que implica na defesa do conceito de propriedade privada em detrimento da ideia propriedade social.

É importante ressaltar que a ideologia é amplamente utilizada por aqueles que têm o capital para garantir sua dominação e lucro. Porém, como exposto acima, suas ideologias se refletem em toda a sociedade, que independente das classes que ocupam, a maioria das pessoas possui a mesma imagem do MST, ou seja, uma imagem criminalizada e marginalizada. Portanto, conforme Marx descreveu, os indivíduos que formam a classe dominante têm, entre outras coisas, também consciência e, por isso, pensam; na medida em que dominam como classe, dominam também como pensadores, como produtores de ideias.

Cultura

Abordaremos a cultura a partir do universo da práxis social, ou seja, entendo-a como parte da reprodução da vida humana e social. Destacando a definição de cultura de Gramsci (*apud* SIMIONATTO, 2001, p.12) que

não significa a simples aquisição de conhecimentos, mas sim tornar partido, posicionar-se frente à história, busca a liberdade. A cultura está relacionada, pois, com a transformação da realidade, uma vez que através da conquista de uma consciência superior (...) cada qual consegue compreender seu valor histórico, sua própria função na vida, seus próprios direitos e deveres.

Quando se inclui o conceito de cultura na ideia da práxis social, se está querendo mostrar que para pensarmos a cultura é preciso pensar a vida social como um todo, sendo esta um dos instrumentos que proporcionam às massas uma consciência emancipadora fazendo com que essas deixem de ser “massas de manobra”.

É pertinente ressaltar que a cultura carrega o traço da divisão social do trabalho e por classes sociais distintas. Assim, dentro de uma sociedade, aquilo que é a cultura

dominante, aquilo que é o processo dominante na produção de ideias, é a cultura da classe dominante, daquela classe que detém os meios de produção, assim como também todos os meios de decisão política, do governo político da vida social. Portanto, ao discutir cultura dentro da sociedade que conhecemos e em que vivemos, nunca poderemos perder de vista esse ponto, pois é essencial para classe dominante reproduzir suas ideias por meio do trabalho, da escola, dos jornais, revistas, filmes, músicas, televisão, ou seja, todos os meios capazes de transmiti-las.

Por conseguinte, no processo cultural, é necessário dizer que as ideias das classes dominantes se impõem a toda sociedade, por meio de uma dada intencionalidade, um modo de ver o mundo que nós achamos natural. Temos como exemplo nossa visão ao olharmos uma fruta em seu pé e, em geral, logo pensarmos que se trata de uma bela mercadoria. Nos parece tão natural que ao olharmos a natureza logo pensamos em como podemos transformá-la em mercadoria, que temos a impressão que sempre foi assim desde os primórdios.

Portanto, dessa maneira, a luta de movimentos como o MST, se coloca como o contraditório à cultura dominante, fator que explica a difamação da periculosidade do movimento.

Hegemonia

Segundo Gramsci a hegemonia é a dominação ideológica através da difusão do consenso, do consentimento, de uma classe sobre outra, podendo se manifestar de várias formas por meio da detenção dos meios de produção, da mídia na transmissão de ideias, cultura e ideologias. Hegemonia não representa apenas subordinação de uma classe em relação à outra, mas também a competência de determinadas classes de construir uma visão do mundo na intenção de formar um “consenso coletivo”, de uma falsa ideia universal da realidade social. Deste modo, hegemonia compreende “além da unidade econômica e política, a unidade intelectual e moral, mediante um plano (...) ‘universal’, criando assim, a hegemonia de um grupo social fundamental sobre os grupos subordinados.” (SIMIONATTO apud GRAMSCI).

No Brasil temos um caso de hegemonia ocorrido dentro do Movimento Social dos operários do ABC (sindicalismo) que tem sua prática subordinada à hegemonia neoliberal, na qual os sindicalistas possuem a falsa ideia de deter poder sobre o Executivo, como exposto por BOITO (*op. cit.*, p.232)

o fato de os sindicalistas serem hoje parte muito importante do Executivo federal, cria uma situação próxima àquela designada por Nicos Poulantzas como o conceito de “classe detentora” do aparelho do Estado – aquela classe que praticamente monopoliza os altos cargos da burocracia pública sem que tenha, por causa disso, capacidade de influenciar a política econômica e social. A situação brasileira atual não produz fielmente a situação designada pelo conceito de classe detentora – não estamos falando do conjunto da classe operária e os sindicalistas da Articulação Sindical estão longe de monopolizar os principais cargos do Executivo Federal. Porém, mas mesmo nessa versão limitada, a detenção de altos cargos no Executivo Federal pelos sindicalistas produz efeitos políticos e ideológicos importante.

A hegemonia colocada aos operários do ABC criou para os mesmo a ilusão danosa de avanço no controle democrático do sistema previdenciário, mas tal hegemonia fragmentou a solidariedade operária assim como enfraqueceu o movimento.

Estado

Segundo a concepção marxista sobre o Estado, compendiada com notável clareza no conhecido Manifesto Comunista: "O executivo do Estado moderno nada mais é do que um comitê para administrar os assuntos comuns de toda burguesia". (MARX e ENGELS, 1848, p.42). Por outro lado, o Estado também poder ser entendido, de forma mais generalizada, como uma instituição pública com uma organização política, social e jurídica que tem como lei máxima a Constituição escrita.

O Estado, por outro lado, também é um aparelho burocrático, isto é, um conjunto de instituições e organismos, ramos e sub-ramos, com suas referentes burocracias, destinadas a cumprir uma tarefa (a dominação) por meio do jogo institucional de seus aparelhos. O ponto decisivo é saber precisamente *como* o Estado desempenha a função de reprodutor das relações (econômicas e políticas) de classe. Um dos mecanismos do Estado que desempenha essa função se dá através da cultura e da hegemonia, visto que o mesmo passa uma imagem abstrata de universalidade que esfacela ainda mais os segmentos subalternizados da sociedade, despolitizando os mesmos.

No contexto da crise, esta ocorrendo a “morte pública” do Estado, “desqualificando-o enquanto esfera de representações dos interesses das camadas de classes subalternizadas” (SIMIONATTO, 2001, p.13) ocasionado o desmonte da esfera pública através de privatizações dos bens públicos e de uma inversão das concessões.

Enquanto que em períodos anteriores as classes hegemônicas faziam concessões às classes subalternas, no período atual o Estado, em nome das classes dominantes, inflige às classes subordinadas sacrifícios.

No Brasil, esta reforma do Estado vem ocorrendo por meio de privatizações e da rearticulação de novas ideologias na área da sociedade civil, como o ocorrido no sindicalismo brasileiro no qual há uma adesão aos valores e ideias das classes dominantes, incentivada por ganhos materiais (hegemonia). O Estado brasileiro mantém a hegemonia do neoliberalismo através do núcleo duro do novo sindicalismo, que é composto por uma parte dos trabalhadores (montadores, petroleiros e bancários) que possuem condições de trabalho e remunerações e ampla habilidade de reivindicações e luta sindical. Este grupo de trabalhadores acredita que tenha chegado ao poder ou que participa do mesmo e, por isso, aceita as privatizações e cooperativismo.

IV - Conclusões

Concluimos, através dessa reflexão, que o entendimento que a sociedade civil tem dos movimentos sociais é norteado por muitos elementos, dos quais foram destacados: ideologia, cultura, hegemonia e Estado. Estes elementos atendem os interesses das classes dominantes que os manipulam para criar um consenso, conformismo e apaziguar a sociedade civil.

Diante disso, as discussões em torno dos Movimentos Sociais também devem apresentar o seu potencial transformador dentro da sociedade. Mas é preciso ressaltar que o potencial transformador não deve ser buscado neste ou naquele movimento social, mas no somatório de forças das mais diversas frações de classe e de grupos sociais, ou seja, da sociedade como um todo.

Para tanto, compete a nós criarmos meios para nos tornarmos o somatório. Ou seja, compete à sociedade criar formas de confronto de tais mecanismos de dominação que, conseqüentemente, desconstrua a falsa ideia de periculosidade dos movimentos sociais, em especial do MST, desmitificando assim a imagem, sustentada pelo “senso-comum”, que os marginaliza e criminaliza. Porém, enormes desafios se impõem na construção de processos ideo-políticos e prático-reivindicativos que direcionem a consciência e as ações das classes populares dentro da sociedade civil. Mesmo assim,

segue abaixo algumas possíveis formas de conforto que, acreditamos, fariam o diferencial na sociedade.

Este confronto consiste em passar do momento econômico-corporativo para o ético-político, o que significa que as classes populares abandonem o modo de pensar corporativo (fruto das relações sociais e da dominação burguesa) para conseguirem pensar na construção de projeto coletivo, para tanto a construção da hegemonia ou contra-hegemonia. Conforme Simionatto (*op. cit.*, p. 9)

exige, assim, compromissos de classe, superação de interesses particularistas e individuais, abertura de espaços para congregar as várias frações de classe. A partir da superação desse modo de ser e de pensar, a vontade coletiva avança e vai delineando uma nova consciência, que se manifesta e se concretiza na prática política. Constituir-se como classe hegemônica significa, assim, “tornar-se protagonista das reivindicações de outros estratos sociais (...) de modo a unir em torno de si esses estratos, realizando com eles uma aliança” na luta por interesses comuns.

A luta contra as formas de dominação também se trava no campo cultural. As classes subordinadas assumem relevância nesse processo de confronto através da elevação cultural, pois, a mesma lhes garante a libertação da pressão ideológica e lhes possibilita a conquista do consenso e da direção político-ideológica, permitindo uma concepção de mundo por meio de uma proposta transformadora da sociedade de baixo para cima.

Deste modo, refletir sobre o processo cultural é pensar em outra práxis, outra forma de organização da vida social, outro conjunto de intencionalidades, de valores, para olhar o real. Se tornando necessário que organizemos outra práxis social que quebre essa lógica, essa nova práxis pode começar em pequenos grupos, mas precisa ganhar o conjunto da sociedade, convencendo a maior parte desta de que esse tipo de vida vigente, essa forma “norma”, esse conjunto de ideias de organizar o mundo não são razoáveis, porque são desumanas.

Assim, a batalha contra a dominação de classes não se trava apenas nos campos ideológico e cultural, mas também no campo da economia e política, campo que atende os interesses das classes dominantes por meio do Estado que possui caráter antidemocrático. Isso, visto que de acordo com Gramsci, existe um Estado Ampliado (sociedade civil+sociedade política) e dentro dessa concepção o Estado pode ser uma via de mão dupla, ao mesmo tempo em que ele pode assegurar os interesses das classes

dominantes também pode oferecer um caminho de uma ação inovadora através de certa autonomia que a sociedade civil tem em relação à sociedade política em que esta se (Simionatto, *op. cit.*, p. 13):

distingue como uma esfera com estrutura e legalidade próprias, mediadora entre a estrutura econômica e o Estado-coerção (...). Em outros termos, a sociedade civil compreende o conjunto de relações sociais que engloba o devir concreto da vida cotidiana, da vida em sociedade, o emaranhado das instituições e ideologias nas quais as relações se cultivam e se organizam, não de maneira homogênea, mas como expressão de projetos e práticas sociais diferenciados, cenário de luta das classes sociais e espaço de disputa na construção da hegemonia através de suas diferentes instituições.

Em suma, todas as formas de confronto só poderão ser aplicadas através da união da sociedade civil que possibilitará a expansão da democracia direta legitimando os movimentos sociais e compreendendo os mesmos como uma das formações de alianças e de aglutinações (Simionatto, *op. cit.*, p. 15)

de interesses de classe em torno de um projeto radicalmente voltado à socialização do poder econômico e do poder político. É o conjunto plural de forças progressistas (portadoras de projetos de classe e não de um pluralismo pastiche e folclórico) que será capaz de fazer retornar o “pêndulo da história” para o campo da justiça, da igualdade e da democracia, expressão da vontade coletiva, e fortalecer uma consciência “ético-política” necessária à criação de um novo “bloco histórico”

Essa construção desse nosso bloco é expressa na passagem do momento corporativo para o ético-político, denominada por Gramsci (*apud* Simionatto, 2001) como catarse que significa

a passagem do momento meramente econômico (ou egoístico-passional) para o momento ético-político, ou seja, a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens. Isso significa, também, a passagem do ‘objetivo ao subjetivo’. A estrutura, a força exterior que esmaga o homem, que o assimila a si, que o torna passivo, transforma-se em meio de liberdade, em instrumento para criar uma nova forma ético-política, em origem de novas iniciativas.

Assim, apenas na ocasião em que nossa sociedade passa pelo momento da catarse ela poderá compreender os movimentos sociais, pois passará do campo egoísta-individual para o ético-político tendo assim consciência universal, entendendo que os movimentos sociais buscam transformações societárias.

Referências bibliográficas:

- AMMANN, Safira Bezerra. “Movimentos Sociais: unidade na diversidade”. In: *Revista de Serviço Social e Sociedade*, nº 36. São Paulo: Cortez, 1991.
- BOITO Jr., Armando. “A hegemonia neoliberal no governo Lula-neocorporativismo e neopopulismo”. In *O Sindicalismo na Política Brasileira*. Campinas: Unicamp, IFCH, 2005.
- BURIGUETTO, Maria Lúcia; SOUZA, Alessandra Ribeiro de; SILVA, Karina Nogueira. “Sociedade Civil e movimentos sociais: debate teórico e ação político-política”. In: *Revista Katálysis*, nº 1, v.12, 2009.
- MARTINS, José de Souza. “Reforma Agrária: o impossível diálogo sobre a história possível”. *Tempo Social*, nº 2, vol.11, 1999.
- MARX, Karl e ENGELS. *A ideologia alemã*, 2ª ed, SP: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.
- _____. *A Sagrada Família*, SP: Martin Claret, 1967 [1845].
- _____. *Manifesto do Partido Comunista*. SP: Martin Claret, 2005.
- MENEGAT, Marildo. “Da arte de nadar para o reino da liberdade”. In: *Cartilha de textos do VI Estágio Interdisciplinar de Vivência*. RJ: Imprensa Universitária da UFRJ, 2009.
- SIMIONATTO, Ivete. “A influência do pensamento de Gramsci no Serviço Social brasileiro”. In *Revista Trilhas*, nº 2, v. 2, 2001.
- TUMOLO, Paulo S. “O percurso da Central Única dos trabalhadores”. In: *Da contestação à conformação: a formação sindical da CUT e a reestruturação produtiva*. Campinas, SP, Editora Unicamp, 2002.

Sites consultados:

- <http://www.mst.org.br>. Acessado em 07/11/15, às 16:02.
- <http://www.mst.org.br>. Acessado em 12/04/16, às 12:48
- <http://www.mst.org.br/node/7702>. Acessado em 08/11/2015, às 18:02.
- http://pt.wikipedia.org/wiki/Sociedade_civil. Acessado em 28/11/2015, às 17:07.
- <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=8257>. Acessado em 30/11/2015, às 23:00
- www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/.../0310315_05_cap_04.pdf - Similares. Acessado em 30/11/2015, às 23:47.
- <http://www.ambito-juridico.com.br/aj/dtrab0046.htm>. Acessado em 07/12/2015, às 15:52.
- <http://www.sintet.ufu.br/sindicalismo.htm#ORIGENS%20DO%20SINDICALISMO%20NO%20BRASIL>. Acessado em 07/12/2015, às 16:45.